



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000306-13.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Criminal da comarca de Mafra

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 8/2016 – CGJ

Período da correição: 4-4-2016 a 6-6-2016.

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessora Correicional: Fernanda Cittadin Baggio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Mafra

Unidade: Vara Criminal

Municípios integrantes: Mafra

Juiz titular: André Luiz Lopes de Souza

Chefe de cartório: Rodrigo Niesing Rachid

Última correição por equipe da CGJ/SC: 9 a 12 de dezembro de 2014 (Autos n. 0013117-73.2014.8.24.0600 – Correição Presencial).

Competência: Resolução n. 16/2011 – TJ: “Art. 1º Transformar as atuais 1ª e 2ª Varas da comarca de Mafra em 1ª e 2ª Varas Cíveis, e denominar Vara Criminal a unidade judiciária criada na comarca de Mafra pelo art. 2º, II, "c", da Lei Complementar n. 426, de 16 de dezembro de 2008. [...] Art. 5º Compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Mafra: I - processar e julgar: a) os feitos criminais e as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); e c) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). Parágrafo único. Os processos referidos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação na 1ª e 2ª Varas Cíveis da comarca de Mafra, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da Vara Criminal.”

Entrância: Final

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.308
1.1.2	Processos em andamento	1.925
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.383
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 788 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.261
1.2.2	Processos em andamento	1.173
1.2.3	Procedimentos em andamento	1.088
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	18	141	159
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016 (fl. 88).				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.391	199
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	3.009	251
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	1.058	212
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		712
Criminal – Genérico – Processo			
1.5.1.1	Ag. Audiência	6	
1.5.1.2	Ag. Encerramento do Ato	60	
1.5.1.3	Ag. Prazo	7	
1.5.1.4	Recebido Contadoria	1	
1.5.1.5	Remetidos à Delegacia de Polícia	265	
Execução Penal – Processo			
1.5.1.6	Ag. Digitalização	9	
1.5.1.7	Ag. Encerramento do Ato	2	
1.5.1.8	Ag. Prazo	6	
1.5.1.9	Ag. Soma das Penas	50	
1.5.1.10	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	5	
Juizado Especial Criminal – Processo			
1.5.1.11	Ag. Análise do Cartório	46	
1.5.1.12	Ag. Audiência	16	
1.5.1.13	Ag. Encerramento do Ato	123	
1.5.1.14	Ag. Prazo	39	
1.5.1.15	Remetido à Delegacia de Polícia	77	
1.5.1.16	Observações		
<p>a) Informações obtidas em 12-7-2016.</p> <p>b) Na data de 13-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 57 processos na fila. O mais antigo data de 17-12-2015.</p> <p>b.2) Cumprir urgente: existem 6 processos na fila. O mais antigo data de 12-7-2016.</p> <p>b.3) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 153 processos na fila. O mais antigo data de 1-4-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 26 processos na fila. O mais antigo data de 20-4-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 25 processos na fila. O mais antigo data de 18-5-2016.</p> <p>b.4) Escrivão: existem 19 processos na fila. O mais antigo data de 15-7-2015.</p> <p>b.5) Ag. Audiência: constatou-se a existência de 3 processos com audiências já realizadas. Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 7 processos com audiências já realizadas.</p> <p>b.6) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0003669-07.2014.8.24.0041, 0000528-43.201568.24.0041, 0002117-07.2014.8.24.0041, [REDACTED], 0300959-67.2016.8.24.0041), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e no último processo não há certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ). Ressalta-se que nos quatro primeiros processos, estes foram arquivados anteriormente a alteração do art. 327 do CNCGJ, não sendo necessária a certidão de arquivamento.</p> <p>b.7) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0001947-35.2014.8.24.0041, 0002652-33.2014.8.24.0041, 0002766-69.2014.8.24.0041, 0002232-28.2014.8.24.0041, 0000848-93.2015.8.24.0041), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p>			



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	292	505
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		8,88%	15,36%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016 (fls. 10-11). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fls. 73-74). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		
	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		8	7
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		205	0
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		121	158
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		4	6
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 12-20). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 12-7-2016 (fls. 75-81). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		121	78
	Peticionamento eletrônico		28	16
	Mandados		36	19
	AR		52	51
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fl. 22).				
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fl. 82).				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	122	126
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 23-26).				
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 83-86).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Distribuição	4	0	0	0
1.6.11.2	Petição Inicial – Ag. Digitalização	2	2	7	2
1.6.11.3	Ministério Público	161	82	238	57
1.6.11.4	Observações				
a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 27-28).					
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 87).					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	468		520	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz titular(André Luiz Lopes de Souza)	46	7	140	1
1.6.12.2	Juiz (Liana Bardini Alves)	14	0	1	1
1.6.12.3	Contadoria	16	10	20	5
1.6.12.4	Distribuição	9	9	9	9
1.6.12.5	Ministério Público	70	20	41	11
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.6	Advogado	23	3	16	9
1.6.12.7	Defensoria Pública	22	0	20	0
1.6.12.8	Delegacia de Polícia	268	96	273	175
1.6.12.9	Observações				
a) Primeira verificação: informações obtidas em 30-3-2016, mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência janeiro de 2016. A juíza Liana Bardini Alves estava respondendo pela unidade no mês de janeiro de 2016, conforme Portaria GP n. 720, de 11-12-2015 (fl. 29).					
b) Segunda verificação: informações obtidas em 13-7-2016, mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016 (fl. 88).					



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	45	20	28	18
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	1	0	0	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	46	46	46	45
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	95	61	65	50
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	25	10	9	7
1.6.13.8	Cartório – arquivar	0	0	1	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	42	39	17	2
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	1	1	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	33	19	37	6
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	39	20	24	10
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	48	10	76	29
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	26	15	6	3
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	14	9	16	13
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	17	15	14	14
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	1	1	6	4
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	0	0	0	0
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	10	4	9	6
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	1	0	8	3
1.6.13.29	Observações				

a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fl. 31). O relatório de processos localizados em "Cartório – escaninho do Juiz" está juntado à fl. 30.

b) Segunda verificação em 11-7-2016. O relatório de processos localizados em "Cartório – escaninho do juiz" está juntado à fl. 89.

c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	202	99
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		109	42
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		160	50
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		46	5
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		21	3
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	332	341
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 32-45).				
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 91-104).				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	97	104
		Definitivo		235	243
1.7.9.1	Réu preso - total			332	347
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 46-54).					
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 105-113).					



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
1.7.13	Observações		
a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 55-57). b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 114-116). b) Item 1.7.12: [REDACTED]			
b.2) Verificou-se nos processos (0003606-79.2014.8.24.0041, 0003149-13.2015.8.24.0041, 0002883-60.2014.8.24.0041, 0001368-53.2015.8.24.0041, 0000619-02.2016.8.24.0041) que não há determinação e justificativa para a guarda das armas e munições no fórum, conforme a Circular CGJ n. 144/2015.			



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 58-59).</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.127 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspenso; Em andamento). Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 951 estão com a situação “a definir” (fl. 60).</p> <p>a.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações) – fl. 61: a alimentação do sistema iniciou a partir da instalação da unidade em julho de 2011. Desde então, está corretamente alimentado.</p> <p>a.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): existe um estabelecimento penal registrado: Presídio Regional de Mafra (fl. 62).</p> <p>b) Segunda verificação em 11-7-2016.</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) – fl. 117: verificou-se que há 1.058 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 847 estão com a situação “a definir”. Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0006404-81.2012.8.24.0041, [REDACTED], 0004558-63.2011.8.24.0041, 0004507-18.2012.8.24.0041 e 0004007-49.2012.8.24.0041, verificou-se que há bens que foram cadastrados no SNBA.</p> <p>b.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): existe um estabelecimento penal registrado: Presídio Regional de Mafra.</p>		



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 19 de julho de 2016.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701

Fernanda Cittadin Baggio
Assessoria Correicional - Mat. 22.690